



## “ESCURAS COMO A LASCÍVIA”: A MULHER NEGRA NO BRASIL COLÔNIA EM *BOCA DO INFERNO*, DE ANA MIRANDA

Maria Beatriz Ferreira Santos\* <sup>1</sup>

\*Universidade Estadual do Piauí (UESPI)  
e-mail: mariabeatrizfs@aluno.uespi.br

Feliciano José Bezerra Filho\* <sup>2</sup>

\*Universidade Estadual do Piauí (UESPI) (Fonte Book Antiqua. Tanho  
e-mail: felicianojose@cchl.uespi.br

**Resumo:** Este estudo visa analisar a obra *Boca do Inferno* (1989), de Ana Miranda, investigando como a autora representa a subordinação e, por conseguinte, a desumanização da mulher negra escravizada no contexto da escravidão no Brasil colonial. A construção do não-sujeito durante o processo de escravização possibilitou o domínio do corpo negro, assim como sua transformação em produto e utilização como mercadoria; em relação às mulheres negras, a intersecção entre gênero e raça as colocou em uma posição duplamente subjugada, ocasionando o domínio de seu corpo-território e colonização de sua identidade como sujeito dotado de história e existência. Utilizando uma análise bibliográfica, analítica com viés exploratório, é possível compreender, através de recortes da obra em questão, a desumanização da mulher negra através do olhar do narrador onisciente e falas/pensamentos dos personagens apresentados. Para tanto, se faz necessário a utilização de estudiosos e historiadores como Pinsky (2010), hooks (2019), Nascimento (1978), Vergè (2020), Gonzalez (2020), dentre outros. Infere-se que, a presença da situação dos negros escravizados se configura em plano de fundo da luta por poder em meio a elite da colônia, entretanto, sua presença reitera a significação do corpo negro, principalmente o corpo negro feminino, como um corpo colonial destituído de subjetividade e identidade.

**Palavras-chave:** Período escravocrata. Corpo colonializado. Não-sujeito. *Boca do Inferno*. Ana Miranda.

### “Dark as lust”: the black woman in colonial Brazil in *Boca do Inferno*, by Ana Miranda

**Abstract:** This study aims to analyze the work *Boca do Inferno* (1989) by Ana Miranda, investigating how the author portrays the subordination and, consequently, the dehumanization of the enslaved

<sup>1</sup> Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Letras pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI), campus de Teresina, Brasil. Financiada pela bolsa UESPI. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8893377813648377>. Orcid: <https://orcid.org/0009-0004-3390-9154>.

<sup>2</sup> Doutor em Comunicação e Semiótica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Professor adjunto e docente do Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL) da Universidade Estadual do Piauí (UESPI). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9081339352820157>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5666-9721>.



black woman in the context of slavery in colonial Brazil. The construction of the non-subject during the process of enslavement enabled the domination of the Black body, transforming it into a product and using it as merchandise. In relation to Black women, the intersection of gender and race placed them in a doubly subjugated position, resulting in the domination of their body-territory and the colonization of their identity as a subject with history and existence. Through a bibliographical and analytical approach with an exploratory bias, it is possible to understand, through excerpts from the work in question, the dehumanization of the Black woman as viewed by the omniscient narrator and the speech/thoughts of the characters presented. To this end, it is necessary to rely on scholars such as Pinsky (2010), hooks (2019), Nascimento (1978), Vergè (2020), Gonzalez (2020), among others. It is inferred that the situation of enslaved Black people is set against the backdrop of the power struggle within the colony's elite. However, their presence underscores the significance of the Black body, especially the Black female body, as a colonial body devoid of subjectivity and identity.

**Keywords:** Slavery period. Colonialized body. Non-subject. *Boca do Inferno*. Ana Miranda.

### Considerações iniciais

Ao longo do período de colonização do território brasileiro, o processo de escravização se tornou a principal fonte de renda para a manutenção da riqueza de Portugal. Tal sistema se estabeleceu a partir da conquista do território indígena e, consequente, escravização dos povos que ali habitavam, o qual teve seu início massivo em 1500 e com o passar das décadas obteve nos povos africanos escravizados um aumento significativo da violência contra os mesmos e prosperidade da elite portuguesa. Os negros escravizados rapidamente foram preferidos em relação aos povos indígenas, sendo alguns dos motivos a proteção jesuíta a esses povos originários, a baixa densidade demográfica da população no Brasil, a dizimação por meio da superexploração de sua força de trabalho, dentre outros (Pinsky, 2010, p. 11). O Brasil colônia, portanto, cresceu a partir da subjugação e exploração da população africana e indígena, tendo na rota do tráfico negreiro a sua espinha dorsal.

Segundo o professor e ativista Abdias do Nascimento (1978, p. 48), “o papel do negro escravo foi decisivo para os começos da história econômica de um país fundado, como era o caso do Brasil, sob o signo do parasitismo imperialista”. Em outras palavras, a mão de obra escravizada, oriunda do continente africano, foi mais do que um sistema de trabalho, mas parte estrutural e decisiva de uma sociedade que se originou subjugada por potências imperialistas europeias. A colônia se desenvolvia tendo por base essa exploração humana, entretanto, partindo de princípios morais e religiosos que justificavam a sua utilização. Com a naturalização da escravidão e o aumento do comércio, das exportações de açúcar, rum, aguardente e outros, a situação da população escravizada, tanto dos africanos quanto dos



indígenas, transformara-se em pano de fundo para a vivência bucólica dos colonos, apenas mais uma imagem na paisagem provinciana de uma colônia portuguesa.

Partindo de tal contexto, a escritora Ana Miranda situa parte de seus romances durante o período colonial brasileiro, sendo alguns deles: *O retrato do rei* (1991), *Desmundo* (1996) e *Xica da Silva: a cinderela negra* (2017). Seus romances acompanham personagens portugueses, descendentes de lusitanos ou figuras históricas emblemáticas ao longo de desafios ocasionados pela migração, a guerra de poder no seio da elite governamental, o avanço das plantações de cana-de-açúcar e da produção de gado, o ciclo do ouro, entre outros. *Boca do Inferno*, lançado inicialmente em 1989, se configura como um de seus romances mais célebres, sendo, de acordo com o estudioso Nelson Vieira (2013 [1990]), uma ficção contemporânea que redescobre momentos históricos, por vezes marginalizados, despertando situações parecidas na sociedade contemporânea, como o nepotismo, o tráfico de cargos, a prevaricação etc.; revisitando, assim, a História através de uma ótica do presente.

Realocando o lugar do protagonismo a partir da ficcionalização de figuras notáveis como o poeta baiano Gregório de Matos Guerra, o jesuíta Padre Antonio Vieira e o governador da época, Antonio de Souza Menezes, conhecido historicamente como Braço de Prata; a narrativa segue os personagens após um crime cometido contra o alcaide-mor<sup>3</sup> de Salvador, o qual desencadeia uma série de perseguições e vinganças pessoais. Entretanto, o objetivo de tal pesquisa não se configura na análise relações de poder entre a elite portuguesa, mas no não evidenciado, nos instantes de narração sem protagonismo explícito em que sentimentos e pensamentos de personagens escravizados são ocultados em prol dos protagonistas brancos. Busca-se, então, compreender como a população escravizada é descrita na obra, em específico as mulheres escravizadas, sua ocultação e a naturalização de seu estado, tendo por pergunta norteadora: como ocorre a representação da subalternização e, consequente, desumanização da mulher negra escravizada durante o período escravocrata no Brasil colônia na obra *Boca do inferno*, de Ana Miranda (2019).

Segundo a historiadora Maria de Lourdes Janofti, em “O livro *Fontes históricas* como fonte” (2008), a necessidade de a explicação histórica recorrer a conhecimentos de outras disciplinas se configurou em uma expressiva preocupação dos historiadores, visto o seu

---

<sup>3</sup> Representante do rei na colônia, governador das províncias com apoio militar.



caráter extremamente convencional. O diálogo ocasionado propiciou a análise de fatos históricos através de relações culturais, de diferentes modos de vida e, em consequência, formas diversas de compreender classes sociais, conjunturas históricas e estruturas de poder. Visando tal contexto, o presente trabalho busca discorrer acerca da pergunta apontada anteriormente adotando uma pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa-analítica e de cunho exploratório. Para tanto, o artigo se encontra dividido em quatro tópicos: o primeiro se configura em item introdutório, seguido pela contextualização da época em que se passa o romance, com tópico posterior tendo por foco a análise de trechos da obra à luz dos estudiosos elegidos e, por fim, as considerações finais em torno do objetivo da pesquisa e dos resultados encontrados ao longo da escrita.

### **Exploração e “salvação” da alma negra: escravidão no século XVII**

Segundo o professor e escritor Abdias do Nascimento (1978, p. 49), “por quase duas centúrias, a plantação de cana-de-açúcar e seu processamento requerem a concentração de escravos na região nordestina do Brasil, embora os africanos estivessem espalhados por todo o território nacional”. Anterior à descoberta do ouro e pedras preciosas no estado de Minas Gerais, no século XVIII, a migração escrava ocorria em regiões mais centradas, tendo uma maior presença de escravizados no nordeste do país, proporcionando o aumento na produção de açúcar nos engenhos e nas plantações de monocultura. É nesse contexto, em que o poder era concentrado nas mãos de um seleto grupo de donos de escravos e representantes da coroa, a narrativa de *Boca do inferno* (2019) se desenrola; mais precisamente, compreendendo as décadas de 1626 a 1684, época em que Portugal saiu do domínio espanhol e as expedições baianas pelo interior do estado aumentaram os campos de produção de gado, atividade que rivalizava com os produtores de cana-de-açúcar. Ao longo desse século, a produção de açúcar, fumo, aguardente e gado obteve um aumento considerável, ocasionando, consequentemente, em uma crescente no tráfico de escravizados.

Em *Boca do inferno*, a situação da população escravizada é apresentada inicialmente pela visão de Gregório de Matos, poeta renomado do século XVII, autor de poemas satíricos e versos provocadores. Pela janela da sua casa, observa a vida em Salvador, tecendo críticas e julgamentos em torno dos oficiais de justiça e do renomado clero. Porém, por meio da sua



visão é possível identificar a importância da religião para aquele período e a atuação dos senhores sobre seus escravos:

A missa começou. Os escravos ficaram de fora da igreja, muitos deles **contritos e piedosos**. Outros faziam algazarra. Poucos eram os que davam a seus escravos alguma educação. Alguns nem mesmo lhe davam comida em troca do serviço. Muitos senhores metidos a fidalgos, com seus bigodes fernandinos, faziam de suas escravas prostitutas, viviam como rufiões (Miranda, 2019, p. 15, grifo nosso).

De acordo com Nascimento (1978, p. 52), “[...] o papel exercido pela igreja católica tem sido aquele de principal ideólogo e pedra angular para a instituição da escravidão em toda sua brutalidade”, e, no trecho da obra é notável a influência da religião para a manutenção do modo de vida da época. Os donos de escravos, os “senhores metidos a fidalgos”, possuíam nas idas às missas dominicais uma oportunidade de exibir seus produtos, ostentar a educação que lhes davam ou o domínio sobre os mesmos, visto que, a posse de escravizados era tida como “[...] mais do que mão de obra, foi sinal de abundância. Época houve em que a importância do cidadão era avaliada pelo séquito de escravos que o acompanhavam à rua. A legislação e o **costume** consagravam esse significado” (Costa, 2010, p. 14, grifo nosso). A escravidão, portanto, era um modo de vida, um costume do período, e os escravizados eram relegados a um determinado papel naquela sociedade, o de objetos cativos de seus senhores, “contritos e piedosos”.

A presença da religião cristã, defensora da salvação pela imitação de Cristo, ou seja, a obtenção de uma vida eterna por meio do sofrimento terreno, possibilitou ao clero um poder maior sobre a população, tanto de colonos quanto de colonizados. Ao defender os desejos de Portugal, a igreja reforçou as justificativas utilizadas pelos colonizadores para o saque de terras e povos subjugados, assim como, conforme Nascimento (1978, p. 50), da “[...] repressão e negação de suas culturas”. Sermões eram ministrados com o intuito de reforçar a escravidão como processo necessário para a salvação dos povos sem alma a partir de sua inserção na religião, a qual era, segundo o historiador Jaime Pinsky (2010, p. 30), “[...] um consolo para os desanimados, uma esperança para os desgraçados, um alento para os fracos, como se dizia na época”. Por meio da força da repetição, de acordo com Nascimento (1978, p. 50) “[...] a capacidade de percepção e compreensão de certas pessoas” se tornou mutilada, pela escolha de não ver e estender ao outro a sua “ética cristã” ofuscada pelo acúmulo de riquezas e poder, como apresentado no trecho a seguir:





E estavam ali defendendo a liberdade dos indígenas para os terem, eles mesmos, como cativos – de suas ideias. Como se podia explicar que sendo contra a escravidão calavam-se diante do que ocorria com os negros africanos? Simples! **O braço do negro era imprescindível ao enriquecimento da colônia.** Assim eram os jesuítas e padre Vieira mais do que todos, pois – era necessário reconhecer – tinha brilhante espírito (Miranda, 2019, p. 80, grifo nosso).

A submissão do negro era, portanto, necessária para a continuação do acúmulo de riquezas da colônia, e a religião era tida como ferramenta de mansidão e conformismo para evitar revoltas e rebeliões. Entretanto, por mais que esse consolo fosse aceito por parte dos escravizados, eram notáveis as resistências presentes como o surgimento do quilombo de Palmares e a proliferação de inúmeros outros quilombos, a existência do Candomblé e da capoeira, assim como fugas, assassinatos de senhores e suicídios de cativos, que eram ocorrências da não-passividade dos escravizados durante o período escravocrata. Porém, na obra em questão, anterior ao ciclo mais violento da escravização, é enfatizado uma das formas utilizadas para evitar tais rebeliões, “[...] a formação e o encorajamento das ‘nações’ étnicas e das fraternidades religiosas” (Nascimento, 1978, p. 53), em outras palavras, a permissão e encorajamento de atividades festivas com o intuito de “amansar” a revolta dos escravizados:

As casas dos senhores, com suas capelas e varandas, se elevavam entre o verde da paisagem; eram cenário de galas, jogos, cerimônias religiosas, de que participavam os senhores e suas famílias, assim como os oficiais, sacerdotes ou hóspedes. [...] Nas senzalas os negros viviam entre **trabalho, castigos e folguedos** (Nascimento, 1978, p. 290, grifo nosso).

Mecanismos de controle social eram criados e exercidos pelos senhores de escravos com o apoio das entidades religiosas, marcando as relações entre os escravizados, como sua parca construção familiar, separando-os de seus filhos e companheiros. Voltando-se para a questão da mulher negra, levando-se em conta que, na sua experiência, o “[...] sexismo revela-se tão forte quanto o racismo como força opressora” (hooks, 2019, p. 36), tais mecanismos eram impostos com o agravante de maior violência. No século XVII, a mulher negra se encontrava em menor número em relação ao homem negro escravizado, e seu valor era inferior como mercadoria do tráfico. Entretanto, sua força de trabalho era igualada à do homem, de forma que essa mulher era forçada a cumprir as mesmas jornadas extenuantes de trabalho e sofrer os castigos infligidos e restrições impostas, com o adendo



desumanizador da violência sexual cometida pelos seus senhores, por feitores das lavouras e, em certa escala, por outros escravizados. Em sua condição de posse, ela era usada para satisfazer os desejos do senhor, era explorada “[...] como trabalhadora do campo, em atividades domésticas, como reprodutora e como objeto para o assédio sexual perpetrado pelo homem branco” (hooks, 2019, p. 45-46).

Através das violências cometidas, mitos foram atribuídos à sua existência, como a “boa mãe preta”, a “negra forte” e a “mulata quente”, transmitidos pela tradição oral a partir dos papéis que lhe eram designados pela sociedade escravista. Quando se encaixava de certa forma nos moldes de beleza atribuídos pelo senhor branco, era-lhe consagrado um caráter de objeto sexual, como identificado em um verso de Gregório de Matos: “... pretas carregadas com roupa, de que formam as barreiras. Não serão as mais belas mas hão de ser por força as mais lavadas. Eu, namorado desta e aqueloutra, de um lavar me rende o torcer doutra” (Miranda, 2019, p. 83). O olhar objetificado sobre o corpo da mulher negra a condiciona para além de uma mercadoria de trabalho, com função demarcada, no caso do trecho como lavadeira, mas a atribui também a função de objeto de desejo do homem branco, a qual a subjuga sob o prisma do domínio masculino.

Ao longo da narrativa são apresentadas funções atribuídas a mulher negra, tais quais lavadeiras, calhadeiras, escravas domésticas (mucama), assim como a sua animalização, como apresentado no trecho a seguir em que a escrava exerce papel de guarda em posição submissa aos pés de seu senhor: “A escrava que estava **estendida a seus pés** abriu os olhos. Maria Berco fez sinal para que ela dormisse novamente” (Miranda, 2019, p. 162, grifo nosso). Destituída da sua humanidade em função da captura em sua terra, violentada e forçada a suportar a violência exercida contra seus filhos e demais companheiros no tráfico forçado, é exibida e revendida ao chegar nos portos brasileiros para ter sua existência nas fazendas e cidades resumida a uma dupla colonização, tanto de seu corpo quanto de sua subjetividade.

Como uma das atividades impostas, é responsável pela limpeza dos dejetos dos colonizadores: “Uma negra calhandreira jogava na rua os detritos da casa. Maria Berco esperou que ela terminasse seu **ritual imundo** e se afastasse” (Miranda, 2019, p. 60, grifo nosso), em uma ação cotidiana e degradante que a submetia a doenças para além das humilhações diárias. Em um cenário que “[...] haveria de ser para sempre [...] de **prazer e pecado**” (Miranda, 2019, p. 326, grifo nosso), as mulheres negras escravizadas têm seu papel relegado aos dois, ambas faces da moeda em que foram escupidas, a de fonte de prazer para



o homem branco e “[...] naturalmente vistas como a personificação do mal feminino e da luxúria” (hooks, 2019, p. 60). Com um papel definido e restrito, o corpo negro feminino se torna espaço de colonização dupla.

### Corpo-colônia e subalternização dupla

Segundo o ensaísta e político Aimé Césaire (1978, p. 21), “[...] ninguém coloniza inocentemente, nem ninguém coloniza impunemente”, uma vez que o ato de colonizar impõe uma conquista sobre um território, uma ocupação e domínio consciente dos meios utilizados para tal processo. Em relação às mulheres escravizadas, o seu corpo é tido como um território invadido, espoliado e apossado por mãos estrangeiras que a transformam em espaço de exploração. Sua existência resumida à “[...] captura, deportação, venda, tráfico, tortura, negação dos laços sociais e familiares, estupro, exaustão, racismo, sexismo e morte” (Vergè, 2020, p. 47). Com o *status* legal de objeto, o ser mulher não existe em si mesmo, sendo, de acordo com a historiadora Françoise Vergè (2020), uma categoria cultural e histórica concebida de formas diferentes a partir da colônia em que a mulher se encontra. Seu ser se transforma, portanto, em um campo de luta desigual, um espaço colonizado e destituído de autonomia.

Na obra em questão, a mulher escravizada é caracterizada a partir de seus aspectos físicos, como, por exemplo, gorda, suntuosa, jovem, bonita, libertina e libidinosa, e de sua utilidade servil, como exímias cozinheiras e cuidadoras natas. Sua proximidade com os senhores as coloca em contato direto e diário com suas exigências e desejos. Seguindo a categoria apresentada pelo historiador Freitas ([s.d.] *apud* Gonzalez, 2020), as escravas eram divididas em trabalhadoras de eito e mucamas, trabalhando de sol a sol nas plantações na primeira categoria e, na segunda, sendo responsáveis pelo bom andamento da casa-grande, tendo como atribuições “[...] lavar, passar, cozinhar, fiar, tecer, costurar e amamentar as crianças nascidas do ventre ‘livre’ das sinhazinhas” (Gonzales, 2020, p. 46). Seu servir, portanto, era estendido a toda a população branca.

Em meio a suas limitações, buscavam tentar reverter a relação existente com seus senhores ou outros homens brancos em vantagens dentro de sua condição, em prol de diminuição de castigos, de violências físicas e sexuais, assim como a possibilidade de ter um filho livre (Pinsky, 2010) ou a espera de receber um tratamento melhor dentro de uma





relação “consentida”. Ao se submeter por vontade própria, aceitavam a ordem social vigente. Porém, sua submissão não deve ser vista como cumplicidade, já que a diferença de poder existente não permitia uma ação que ocasionasse uma parceria de qualquer tipo. Na obra, tem-se como exemplo o caso do personagem Manoel Dias, um escrivão participante do crime contra o alcaide, e de sua amante negra, descrita como a escrava Ursula do Congo. O escrivão declama seu amor pela mulher, a qual não crê nas juras e o confronta sobre abandonar sua esposa para ficar com ela:

“Eu te amo”, ele disse.

“Mas não deixa aquela moça mimada. Um espantalho vivo. Sempre deitada na esteira com as negras, contando histórias para as crianças como se fosse uma moura-torta.”

“Não uses contra mim coisas que eu disse.”

“São ao teu favor.”

Ele amava Ursula, **mas tudo podia ficar assim como estava** (Miranda, 2019, p. 194, grifo nosso).

A relação é apresentada a partir de uma narração onisciente seletiva (extradiegética), em que o narrador opta por dar a palavra final ao personagem branco, construindo um espaço em que seu querer se sobressai. Porém, Ursula não se resigna facilmente ao seu papel de amante e insiste em ser reconhecida, repetindo as falhas da esposa de Manoel Dias ditas anteriormente pelo mesmo. Declara estar cansada “[...] de ouvir casos de homens que abandonam a família para viver com uma **negra**” (Miranda, 2019, p. 194, grifo nosso); a partir da escolha do substantivo, o qual expressa sua cor e não a posição em que fora subjugada (escrava), pode-se inferir a busca por uma vantagem em meio às condições apresentadas, mas não a existência de uma cumplicidade, visto que o homem branco não deseja modificar a sua realidade: casado com uma mulher branca e virtuosa e possuidor de uma amante negra que satisfaz as suas necessidades.

Assim, a relação senhor/escravo, possuidor/posse, detentor/objeto, não se torna obsoleta; a mulher negra sempre estará na base do sistema escravocrata, seu corpo possuindo uma única finalidade, o de servir os da casa-grande. Como apresentado no trecho a seguir, no qual o rabino Samuel da Fonseca apresenta seus escravos a Gregório de Matos, ressaltando a origem de sua escrava predileta, da tribo mina, e os atributos mais procurados por seus compradores:



Ele só possuía escravas dessa tribo, os agoins, da Costa do Ouro, os agoins dessa região chamavam-se fantees. Eram pescadores exímios e as mulheres perfeitas **companheiras**. [...] Aproximando-se do ouvido de Gregório de Matos, o rabino disse em voz baixa: “**As minas são conhecidas por sua libidinagem**”, e sorriu, pegando com dois dedos cálices de licor sobre uma bandeja e servindo um deles ao visitante. “Por isso”, continuou o rabino, “**são as preferidas dos portugueses e franceses**. Eu as prefiro por outros motivos. Gosto muito de comer bem.” E acariciou o próprio estômago arredondado (Miranda, 2019, p. 201, grifos nossos).

A exploração do corpo feminino escravizado em todas as instâncias possíveis era a norma. Uma subalternização dupla, portanto, era estabelecida; a mulher negra era oprimida tanto por sua cor quanto por seu sexo, sendo objetificada e tornada posse e meio de renda através da exploração sexual, para usufruto dos senhores brancos e trabalho braçal nas lavouras e casas-grandes. Eram “perfeitas companheiras”, possuidoras de considerável apetite sexual e hábeis cozinheiras, eram tudo o que a mulher branca não era, o oposto da castidade, domesticidade e humanidade atribuída a elas. A construção do ser mulher como categoria histórica tem sua multiplicidade clara na colônia, em que as mulheres brancas eram mulheres, e as negras escravizadas eram não-seres “[...] cujo gênero demandaria que fossem tratadas com doçura e respeito” (Vergè, 2020, p. 49-50). E, nas situações em que se entregavam de “bom grado” aos desejos dos homens, a hierarquia de poder existente continuava a existir, não deixando espaço para a sua mobilidade e nem para o seu reconhecimento.

### **“Entre as negras e as filhas de fidalgos”: categorização do corpo negro escravizado**

Por meio de um tratamento diferenciado, as mulheres negras escravizadas eram categorizadas em oposição às mulheres brancas, tornando-se o Outro ao serem vistas pelo olhar colonizador. Tornam-se, portanto, a personificação daquilo com que o sujeito branco não quer ser associado (Kilomba, 2019), no caso em questão, a representação do pecado e da sexualidade latente imposta à negra escravizada. Entretanto, em torno de sua existência se configuraram evocações de sentimentalismo e apelo emocional, tendo como exemplo a “mãe preta”, responsável pela criação das crianças brancas. A reminiscência de tais sentimentalismos nublam a visão da crueldade e da natureza brutal do sistema escravagista para aqueles que buscam não reconhecer tal verdade; mistura de culturas, preservação de tradições e autorização para práticas festivas são citadas como exemplos de uma colônia



portuguesa harmoniosa, em que a escravidão não era tão brutal quanto em outros locais (Nascimento, 1978). Surge, então, um novo mito, o do senhor benevolente que não trata seus escravos com a crueldade esperada, um homem branco superior a violência perpetrada por seus afins.

Na obra em questão, o poeta Gregório de Matos simboliza o senhor branco benevolente que olha para o escravo sob um prisma humano, uma vez que sua simpatia é ressaltada em demasiados trechos, seu charme é exaltado e suas conquistas celebradas. Amante de inúmeras mulheres, independente de seu *status* civil, cor ou classe social, o poeta declara, enquanto observa o movimento de pessoas se dirigindo à igreja, que as escravas ajoelhadas à porta da estrutura “[e]ram o que havia de mais belo em toda aquela terra [...]. Incluindo as brancas, as portuguesinhas e as espanholas” (Miranda, 2019, p. 15). Coloca-as, primordialmente, sob um mesmo patamar, de “[...] diabos disfarçados, circes encantadoras, tentações infernais, [...] copuladoras vorazes” (Miranda, 2019, p. 86); todas as mulheres, para Gregório de Matos, eram fonte de prazer e pecado, porém, sua cobiça lançava um olhar mais erótico sobre o corpo negro.

Enquanto menino, relembra de ficar “[...] extasiado com as mulheres de carne e osso, com seus rostos e suas formas, **alvas como jasmims**, vermelhas, azeitonadas ou **escuras como a lascívia**” (Miranda, 2019, p. 85, grifos nossos). A escolha de adjetivos em ambas as comparações demarca o local da diferença em que as mulheres são colocadas: de um lado as mulheres brancas, delicadas e puras, do outro as mulheres negras, obscenas e luxuriosas. O poeta prossegue em sua descrição, narrando defeitos e qualidades femininas, categorizando-as desde tímidas a bruxas, de fúteis e traidoras a possuidoras de encantos que o hipnotizam, pois, apesar de feias, seu status de mulher não desaparecia. Estereótipos são propagados pelo poeta, falas sexistas misturadas em “defesa” de sua preferência de gostos. Entretanto, como apontado pela personagem Anica de Melo, sua amante portuguesa e dona de uma casa de alcouce<sup>4</sup>:

Ele mentia, pensou Anica de Melo. Demonstrava sempre fazer uma clara divisão entre as mulheres para **fornicar** e as mulheres para **casar**. Entre as **negras** e as **filhas de fidalgos**. Entre as **meretrizes** e as **donzelas** (Miranda, 2019, p. 90, grifos nossos).

<sup>4</sup> Nome designado à casa de prostituição, bordel ou prostíbulo.



A oposição entre as mulheres se encontra presente na escolha das descrições, de um lado os corpos utilizados para o prazer, as meretrizes negras, do outro as castas donzelas, filhas de fidalgos que possuem o destino certo de casar. Tal distinção aparecia igualmente em diferenças de tratamento e adjetivação ao longo da fala de Gregório de Matos, refletida em seus versos: “[...] mas se tão lindas violetas costuma Angola brotar, eu hoje hei de arrebentar se não durmo as quatro pretas” (Miranda, 2019, p. 114), ou, em relação a uma dama portuguesa casada, “[...] dois zéfiros por olhos quis fazer-vos, mas quando sonham eles de imitar-vos? Que moça bela, que galharda” (Miranda, 2019, p. 115). O ser feminino, como ressaltado pelo poeta em determinadas falas, era visto como fonte de prazer masculino e sua fama era conhecida para além da cidade de Salvador. Visto que, segundo o mesmo em constante indagação, não compreendia o porquê de seu coração ser tão frágil e fácil de penetrar ou o motivo de seu coração ser “[...] ligado tão diretamente ao que levava entre as pernas” (Miranda, 2019, p. 94).

Em sua estadia na casa de alcouce de Anica de Melo, observa a presença de uma nova moradora, a qual o distrai momentaneamente da fala de sua amante: “Ele pensava, enquanto caminhavam, que estivera com todas aquelas mulheres na cama, exceto a negra que penteava os cabelos mostrando as axilas. Era nova por ali” (Miranda, 2019, p. 154). O desejo pela novidade ultrapassava a compreensão de que muitas das que ali estavam não passavam de crianças, as quais “[...] falavam sobre vestidos, receitas, bonecas de pano” (Miranda, 2019, p. 102). Gregório de Matos era, apesar de seus encantos e tentativas de nivelar as mulheres em mesmo patamar, um homem branco com ascendência portuguesa em uma colônia escravagista. A exploração contra as mulheres negras nos diversos ambientes em que eram obrigadas a estar, seja no campo ou no espaço doméstico, não possuía caráter tão desmoralizante quanto a exploração sexual (hooks, 2019), e o poeta, na obra, não se distancia da posição superior que ocupa na hierarquia de poder vigente.

Ao ser perseguido, por conta de sua participação no planejamento do crime contra o alcaide-mor, teve seus bens destruídos e seus livros e escritos, objetos preciosos para um escritor, rasgados e jogados ao chão do quarto na casa de alcouce, onde se escondia. Sentiu o golpe duramente, pois, “[...] estava acostumado a pensar que mesmo os mais rudes e vis tinham algum respeito pelos livros” (Miranda, 2019, p. 157); entretanto, a constatação do ódio contra o desconhecido, em virtude dos homens do Braço de Prata, responsáveis pela destruição, não saberem ler, o abalou e o fez redirecionar o que sentia para a fonte mais



próxima. Segundo a professora e teórica feminista bell hooks (2019, p. 57), “homens brancos do período colonial expressaram seu medo e ódio pela mulheridade ao institucionalizar discriminação sexista e opressão sexista”. Essa institucionalização é praticada por meio da violência, na dominância do corpo escravizado e em sua objetificação.

No romance, Gregório de Matos tem na mulher negra o ideal de beleza, luxúria e pecado, visto que, quando se encontra com alguma mulher branca, lamenta a sua cor, apesar de seus atributos físicos. Porém, o personagem, como um homem branco no período colonial escravagista, não se encontra excluído do papel de colonizador. Seu direito como homem, mais especificamente, como um homem branco, sobre o corpo negro é observado em um trecho no qual, tomado pela dor e indignação da destruição de seus bens pessoais, toma sem consentimento uma das meninas do alcouce:

Uma das moças trouxe uma panela de grude para colar as páginas arrancadas. Era a negra novata. Gregório de Matos empurrou as outras moças para fora. Ficou sozinho no quarto com a mulher, **sem falar com ela, sem ao menos perguntar seu nome, tirou a roupa dela e colocou-a, nua, deitada na cama**, depois de jogar os livros no chão. Ela era **suntuosa, noturna**. Ele **agarrou** o corpo dela com fervor e possuiu-a muitas vezes seguidas, sem dizer uma só palavra. Depois pegou um dos livros e leu em voz alta enquanto a moça se vestia, **um pouco assustada**: “Quem, com piedade, ao andaluz não mira? E quem, ao andaluz, seu favor nega?” (Miranda, 2019, p. 158, grifos nossos).

Ela o recebe, passivamente, uma vez que, “qualquer demonstração de resistência por parte delas aumentava a determinação de proprietários brancos ávidos por demonstrar poder” (hooks, 2019, p. 51), e sua situação, anterior ou atual ao desenrolar do romance, não é apresentada; para a moça, Gregório de Matos era apenas mais um senhor na colônia escravagista, e seu papel no alcouce era agradá-lo da única forma que a livraria de outras instâncias da escravidão. As ações do personagem são justificadas no fim, quando finalmente decide falar, enquanto observa a moça se vestir com hesitação e assustada, seus versos adquirem um tom de superioridade, não havendo espaço para se sentir culpado pelo ato praticado. Ao escolhê-la, por ser uma novidade e da cor preferida, a utilizou como fonte de prazer e descarga de sua raiva, um receptáculo para um homem branco machucado. Em provável referência aos povos fugitivos da Península Ibérica durante a Reconquista Cristã<sup>5</sup>,

<sup>5</sup> O termo Al-Andaluz é utilizado por volta do século XV para designar os árabes fugidos da península, expulsos durante a Reconquista Cristã, que se refugiaram no Norte de África.



declara uma piedade e favorecimento que não podiam ser negados, mas que não foram verbalizados.

O desejo do poeta prevalece sobre o cortejo ritualístico que adotou ao longo da narrativa, uma vez que a descarga de suas frustrações necessitava de um foco, que encontrou na jovem negra, uma novidade para um homem que buscava nas mulheres uma fonte de divertimento e prazer. Considerando que, “enquanto racismo claramente foi o mal que decretou que pessoas negras seriam escravizadas, sexismo foi o que determinou que o destino da mulher negra seria mais pesado, mais brutal do que o do homem negro escravizado” (hooks, 2019, p. 73), infere-se que cor e gênero, por conseguinte, encontram-se intrincados na narrativa das mulheres negras escravizadas, ocasionando, assim, um campo de dupla colonização em que seu corpo se transforma em território de conquista.

### Considerações finais

Ao longo da narrativa, a presença de pessoas escravizadas tem sua representação em interações naturalizadas, visto que a obra se passa durante o século XVII, período de grande movimentação de povos africanos escravizados no interior da colônia. Atividades como a preparação de refeições, o cuidado constante das crianças de seus senhores, seu trabalho no engenho, utilização como objeto sexual ou como praticante de crimes por ordem de quem eram posse, estão presentes ao longo da narração, constituindo-se em fatos históricos em meio à ficcionalização de personagens como o poeta Gregório de Matos, o jesuíta Padre Antônio Vieira, o governador Antônio de Souza Menezes (Braço de Prata), entre outros. *Boca do Inferno*, romance consagrado na literatura brasileira, torna-se não apenas espelho da época provinciana nos séculos iniciais do Brasil colônia, mas objeto de pesquisa e análise dos costumes, regras de conduta e processos históricos, como, por exemplo, a política em torno do clero, as disputas por poder dentro da colônia e o processo crescente de escravização, bem como os ganhos obtidos pela coroa ao longo de sua implementação.

Retoma-se, assim, o objetivo principal do presente estudo, o qual se configura na representação da subalternização e, conseqüente, desumanização da mulher negra escravizada durante o período escravocrata do Brasil colônia na obra *Boca do inferno*, de Ana Miranda, na qual questões historiográficas e acontecimentos ficcionalizados foram analisados a fim de corroborar com a análise. A representação do não-sujeito feminino





negro, sua subalternização e resultante objetificação, se tornaram ferramentas para que a colonização ocorresse de forma dupla, subjugando a mulher negra escravizada a partir das categorias de gênero e cor sob a força colonizadora da aristocracia branca.

A partir de tal contextualização, empreende-se que a obra de Ana Miranda, vista a partir de um olhar historiográfico que considera as questões sociais como base para a sua interpretação, possibilita reafirmar a situação subjugada sobre a qual a mulher negra escravizada era imposta. Suas limitações, inexistência e delimitações se tornam fonte de pesquisa de um período brutal que transpõe marcas diárias na população descendente de seus sobreviventes. Afinal, olhar para o passado a partir de uma visão analítica, utilizando de fontes históricas e literárias, corrobora com a manutenção de sua veracidade, de seu não apagamento e constante debate, ambos necessários para a revisão de discursos futuros e implementação de mudanças diárias.

## Referências

CÉSAIRE, Aimé. Tradução de Noémia de Sousa. **Discurso sobre o colonialismo**. Lisboa: Editora Livraria Sá da Costa, 1978.

COSTA, Emília Viotti da. **Da Senzala à Colônia**. 5. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. Flávia Rios e Márcia Lima (orgs.). Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2020.

HOOKS, bell. Tradução Bhuvi Libanio. **E eu não sou uma mulher?: mulheres negras e feminismo**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.

JANOFTI, Maria de Lourdes. O livro *Fontes históricas* como fonte. In. PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. 2. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2008.

MIRANDA, Ana. **Boca do Inferno**. 6. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra S/A, 1978.

PINSKY, Jaime. **A escravidão no Brasil**. 21. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

VERGÈS, Françoise. Tradução de Jamille Pinheiro Dias e Raquel Camargo. **Um feminismo decolonial**. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

VIEIRA, Nelson H. A ficção da história: Boca do inferno por Ana Miranda. **Letras de Hoje**, v. 25, n. 3, p. 47-59, maio, 2013 [1990]. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/fale/article/view/16162/10622>. Acesso em: 20 out. 2024.

